

# DA ANÁLISE DE ASPECTOS SEMÂNTICOS E LEXICAIS DOS DISCURSOS ETNO-LITERÁRIOS A PROPOSIÇÃO DE UMA ETNO-TERMINOLOGIA

---

Cidmar Teodoro Pais (USP)

Maria Aparecida Barbosa (USP)

**Resumo:** Este trabalho propôs-se a examinar alguns aspectos semióticos e lexicais dos discursos etno-literários. Foram levadas em conta certas características constantes dos universos de discurso etno-literários, como a tradição oral e a literatura popular, o estatuto das unidades léxicas que os compõem, a sua função mítica e a sua função pedagógica, quanto aos sistemas de valores e de crenças, do imaginário coletivo, que os sustentam, no processo histórico da cultura. A multifuncionalidade dessas unidades lexicais conduziu à proposta da disciplina Etno-terminologia.

**Palavras-Chave:** cultura; discursos; etno-terminologia; léxico; imaginário coletivo.

**Abstract:** This paper aims at analysing some semiotic and lexical aspects of ethno-literary discourses. We take into consideration some characteristics that are constant in ethno-literary discourse universes such as oral tradition and popular literature, the status of the lexical units that compose those universes, their mythic and their pedagogical functions in relation to the systems of values and beliefs belonging to the archetype that support them in the historical process of culture. The multi-functionality of those lexical units pointed to the proposal of Ethno-terminology as a scientific discipline.

**Key-words:** culture; discourse; ethno-terminology; lexicon; archetype.

## 1 – INTRODUÇÃO

---

Retomamos, aqui, algumas observações e reflexões, de uma pesquisa iniciada há algum tempo, a propósito dos discursos etno-

literários e das unidades lexicais integrantes desse universo de discurso, como o seu caráter multifuncional, que está a exigir novas abordagens (BARBOSA e PAIS, 2003).

Com efeito, uma das questões relevantes na teoria semiótica é a da tipologia dos discursos e dos universos de discurso. Na tentativa de elaborar uma taxionomia mais satisfatória, autores têm utilizado critérios diversos, como o modo de existência e produção, as estruturas de poder, as relações de enunciação e enunciado, efeitos de sentido, dentre outros, ou, mesmo, a combinação de vários deles (PAIS, 1982, 1984).

Logo de início, é necessário distinguir o discurso, enquanto *processo discursivo de produção* – que compreende uma enunciação de codificação e uma enunciação de decodificação – e o *texto*, enquanto *produto, enunciado*.

Preliminarmente, considerando-se apenas as semióticas-objeto verbais ou eminentemente verbais, ou seja, as línguas naturais e seus discursos – embora sejam acompanhados de outras semióticas-objeto, em sua manifestação –, costuma-se classificar os discursos em dois grandes tipos: os discursos literários e os não-literários.

Os estudos de *semiótica literária* são os mais antigos na construção da semiótica científica. O início dos anos 70 assiste ao desenvolvimento de numerosas pesquisas nesse domínio. Na realidade, muitos dos primeiros trabalhos voltavam-se para a *etno-semiótica*. Contudo, atualmente, em função do avanço das teorias semióticas e lingüísticas, somos convidados a uma profunda renovação do estudo dos discursos etno-literários. Voltaremos a esse ponto.

A partir de 1978, desenvolveu-se na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris uma nova disciplina da Semiótica, a *Sociossemiótica*. Despertou ela grande interesse no Departamento de Lingüística da USP, em que se produziram trabalhos, publicados no Brasil e no exterior, em expressivo número, e muitas dissertações e teses foram defendidas nessa especialidade.

A *Sociossemiótica* estuda os discursos sociais não-literários, tais como: os discursos científico, tecnológico, político, jurídico,

jornalístico, publicitário, pedagógico, burocrático, religioso, dentre outros. Esses *universos de discurso* são ditos sociais, porque, embora tenham, como é evidente, emissor e receptor individuais, caracterizam-se por enunciador e enunciatário coletivos, ou seja, um grupo ou segmento social, como um partido político, os legisladores, a comunidade científica, um grupo profissional, etc. São ditos não-literários, porque a função estética, conquanto neles exista, com características específicas, não é determinante de sua *eficácia*, nem de seu *estatuto sociossemiótico*, conferido pela sociedade.

Cada um desses universos de discurso define-se, por sua vez, como conjunto de discursos manifestados e manifestáveis, que tendem *ad infinitum*, reunidos por *critérios de equivalência*, ou seja, caracterizados por *constantes e coerções*, suscetíveis de configurar uma *norma discursiva frástica e transfrástica*, discursos que mantêm entre si redes de relações intertextuais e interdiscursivas, inseridos num contexto lingüístico e sociocultural, pertencentes à *macrossemiótica* de uma cultura.

Observa-se, ainda, que os universos de discurso sociais não-literários, sempre produzidos por grupos ou segmentos sociais que, através deles, sustentam-se, caracterizam-se por *estruturas de poder* próprias, mecanismos de *argumentação/veridicção* específicos, processos de *manipulação* peculiares, *relações inter-subjetivas e espaço-temporais de enunciação e enunciado* igualmente específicas (PAIS, 1993, p. 454-521). Definem-se, assim, seus modos de existência e de produção.

Na sociedade contemporânea, sobretudo da segunda metade do século XX e no século XXI, é lícito afirmar que o critério de valorização social dos universos de discurso sociais não-literários é a *eficácia*. Basta pensar, por exemplo, no discurso político e no discurso publicitário.

Entretanto, os universos de discurso literários apresentam certas características muito diferentes. A *verossimilhança*, retomada da Antigüidade greco-romana, no Renascimento, ainda desempenha algum papel entre os sujeitos-enunciatários-leitores. Trata-se do

princípio estético grego da *mýmesis*, segundo o qual “a arte imita a vida”. É o que sucede, por exemplo, com a apreciação de romances e de novelas televisivas, por parte do grande público. Contudo, a *veridicção*, a produção do efeito de verdade – fundamental quando se trata do discurso científico ou do discurso jurídico –, não é levada em conta, no julgamento dos discursos literários. A modalidade complexa que se salienta é a do *poder-fazer-criar*. Os universos de discurso literários *seduzem* o leitor/ouvinte.

Assim, os discursos literários parecem ter outras atribuições no seio da vida social. São vistos como *ficcionais*, despertam *emoções*, suscitam o *prazer do texto* e constituem, geralmente, não ‘imitações da vida’ mas *metáforas da vida*, que conduzem a uma melhor compreensão desta. A *função estética* é elemento determinante de sua *eficácia* e de sua *valorização social*.

## 2 – OS UNIVERSOS DE DISCURSO ETNO-LITERÁRIOS

Os critérios de classificação dos discursos e dos universos de discurso acima vistos têm, sem dúvida, um grande poder de explicação e permitem circunscrever satisfatoriamente muitos aspectos de uma *tipologia discursiva*. Não obstante, revelam-se ainda insuficientes, quando se examinam os discursos *etno-literários*.

Neles se encontram narrativas que por certo não ocorreram ou, pelo menos, não teriam acontecido nos termos em que são explicitadas. Falta-lhes, numa primeira leitura, a verossimilhança. Seus autores não são conhecidos, ou, se há nomes, não podem ser atestados. O sujeito-enunciador é comumente apagado ou substituído por um ente imaginário ou virtual. As marcas de tempo e espaço do enunciado inexistem ou são muito vagas. Essas características produzem um efeito de sentido de *atemporalidade* e remetem a um espaço que é o da *utopia*, do *não-lugar*.

Assim, os discursos etno-literários, de modo geral, e, particularmente, a literatura oral, a assim chamada literatura popular,

os contos populares regionais não se submetem exatamente aos critérios que permitem tipificar os discursos literários, da literatura formal, escrita, ou os discursos sociais não-literários.

De um lado, tudo indica que, no caso dos discursos etno-literários, o sujeito-enunciador é um ente coletivo, que ressurgue sempre, à medida que os textos são retomados, a um tempo conservados e modificados, e transmitidos ao longo de gerações.

De outro lado, não são *ficcionais*, no sentido estrito do termo, porque lhes falta, como vimos, a verossimilhança, a uma primeira leitura. Não são *documentais*, como os textos da História, enquanto ciência, não contam ‘fatos’ históricos comprovados. Contrapõem-se à memória oficial, idealizada, construída pelos historiadores e *recriam* outro tipo de *memória social*.

No entanto, guardados na memória e repetidos – com algumas alterações – durante séculos, por pessoas muito especiais, os contadores, como os equivalentes a trovadores medievais, e as contadoras, como mulheres do Nordeste brasileiro, dedicadas a essa prática, tais textos são percebidos pelos sujeitos-enunciatórios-ouvintes simultaneamente como *fábulas* e como *veredictórios*, portadores de ‘verdades’ gerais e universais. Têm, também, esses textos um efeito de sentido de *permanência*, dizem da *natureza humana* e podem, por isso, ser considerados como representantes de formas de *humanismo*.

Com efeito, muitos desses textos têm sido registrados, analisados e publicados por pesquisadores, de maneira que podem ser encontrados e *lidos* em fontes acadêmicas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os numerosos e valiosos trabalhos de Francisca Neuma Fechine Borges (1995) sobre a literatura de cordel – distribuída, como se sabe, por meio de folhetos de edições populares –, sobre o *Romanceiro* do Nordeste, notavelmente bem estudado por Batista (1999), sobre o conto regional francês e a tradição oral em excelente obra organizada por Jean-Baptiste Martin (2003).

Independentemente dessas e de muitas outras pesquisas, convém lembrar que os textos etno-literários são *preservados*, ao

longo de séculos, pela *memória coletiva* das comunidades e *transmitidos* de uma geração a outra pelas populações. Fazem parte da *tradição popular*, ou guardados na memória ou registrados em publicações artesanais e, logo em seguida, transmitidos oralmente.

Assim, os discursos etno-literários sustentam importantes facetas dos *sistemas de valores*, dos *sistemas de crenças*, que integram o *imaginário coletivo* de uma comunidade humana. Mostram uma visão do mundo, apresentam as grandes linhas de um *mundo semioticamente construído*. Nesse sentido, constituem *documentos* altamente significativos, reveladores de uma *cultura* e do seu processo histórico.

Cantados ou recitados, como foi dito, por contadores da Idade-Média e, por exemplo, por contadoras do Nordeste brasileiro até os dias de hoje, relatam 'eventos' inverossímeis, como *Chaperon rouge* (*Chapeuzinho vermelho*) e *Robert le diable*, que têm origem na França, na Provença, no Languedoc e/ou da Península Ibérica, como também aventuras 'ocorridas' em tempos e lugares incertos ou remotos. Servem para rir, para a diversão e, concomitantemente, são levados a sério (GREIMAS, 1978). Trazem, de fato, lições que as populações facilmente transpõem para a vida contemporânea. Muitos sujeitos-enunciatários sequer se dão conta da antigüidade dos textos, eis que os sentem como válidos comentários da vida atual.

Nessas condições, parece legítimo afirmar que os discursos etno-literários incorporam, sustentam, caracterizam uma *identidade cultural*. Representam um *saber compartilhado sobre o mundo*, traduzido em amplas sucessões de *metáforas*.

Constituem, pois, os discursos etno-literários um patrimônio cultural, por sua riqueza, complexidade e diversidade.

### 3 – O ESTATUTO DAS UNIDADES LEXICAIS DOS DISCURSOS ETNO-LITERÁRIOS

Um universo de discurso, enquanto classe de discursos, pode ser definido

como um conjunto não finito, ou que tendem ad infinitum, de todos os discursos manifestados que apresentam certas características comuns e constantes, assim como certas coerções suscetíveis de configurar uma norma (...) que compreende, por sua vez, uma série de normas frásticas, lexicais, semântico-sintáticas, às vezes fonético-fonológicas, e outras tantas normas transfrásticas, narrativas, discursivas, dependentes da argumentação, da veridicção, da verossimilhança, da eficácia, ou aquelas concernentes aos mecanismos da persuasão/interpretação, da manipulação/contramanipulação, da sedução, às formulações específicas das relações intersubjetivas, espaciais e temporais de enunciação e enunciado e, ainda, às que dizem respeito às modalidades, às modalizações discursivas dominantes, e, enfim, aos processos de produção e reiteração da ideologia, próprios de um determinado universo de discurso (PAIS, 1984, p. 44-5; 1993, p. 491-2).

Destaca-se, aqui, a norma que se refere ao estatuto semântico, sintático e funcional do conjunto de *unidades lexicais* que caracterizam os *universos de discurso etno-literários*.

Se se consideram, de início, dois universos de discurso, o da língua comum e o das linguagens de especialidade, ou das *línguas especializadas* (LERAT, 1995), dir-se-á que as unidades lexicais que pertencem ao primeiro conjunto são *vocábulos* e as que pertencem ao segundo conjunto são *termos*, com todos os traços específicos que lhes correspondem. É preciso lembrar, entretanto, que, no nível de sistema, as unidades lexicais são *plurifuncionais*. O estabelecimento preciso da função depende de sua inserção em uma norma discursiva, que determina, então, seu estatuto de *vocábulo* ou de *termo*.

A disponibilidade virtual das funções *vocábulo/termo* caracteriza, pois, as unidades lexicais no nível do sistema. Essas funções *atualizam-se*, uma ou outra, quando as unidades lexicais se encontram circunscritas a uma norma discursiva e a um texto-ocorrência. Assim, em nível de sistema, a relação entre as funções *vocábulo* e *termo* é [e...e]; em nível de uma norma e de um discurso-corrência é [ou...ou] (HJELMSLEV, 1968).

Parece oportuno retomar, aqui, algumas reflexões sobre os termos *terminologização* e *metaterminologização* (BARBOSA, 1998, p. 25-44). *Terminologização* é um termo que integra a *Terminology work – Vocabulary. ISO/DIS 1087-1* (p. 11) e que aí é definido como: “Terminologization - process by which a general language word or expression is transformed into a term”. Nesta acepção, *terminologização stricto sensu* refere-se à transposição de uma unidade lexical, da língua geral para uma linguagem de especialidade, ou seja, a transformação do *vocábulo* em *termo*. No percurso gerativo de enunciação de codificação, trata-se de *uma relação entre normas de um sistema lingüístico, uma relação horizontal*, intra-sistema de significação e inter-universos de discurso. O ponto de partida, nesse caso, é o nível lingüístico e ponto de chegada é, ainda, o nível lingüístico.

Entretanto, pode-se entender *terminologização*, também, como um processo que converte um *conceito* em *termo*, *la mise en terme*, expressão esta comparável à expressão (*la mise en lexème*), que subjaz ao processo de lexemização de POTTIER (1992). Aqui, pois, *terminologização* é equivalente a *lexemização* e tem como ponto de partida, no percurso gerativo da enunciação, a própria realidade fenomênica, em que se tem uma informação virtual, amorfa, que, em outro nível, o do recorte observacional e cultural, se transforma no *conceptus* (RASTIER, 1991); este, por sua vez, será terminologizado. Logo, os fatos naturais são *conceptus* virtuais. Por outro lado, os *conceptus* construídos *constituem termos virtuais*, que, no nível metalingüístico da ciência, se tornam *termos efetivos*.

Nesse segundo sentido, *terminologização lato sensu* refere-se à relação entre o nível conceptual e o metalingüístico, diferente, pois, da primeira acepção aqui exposta – *terminologização stricto sensu* como *transformação de um vocábulo em termo*. Nesta concepção, há uma restrição muito grande no processo de criação de termos, já que prevê apenas o aproveitamento de vocábulos da língua geral – processo primário –, por meio de alterações semânticas – processo secundário.

Ora, sabe-se que, dependendo da área técnica ou científica, os processos de *terminologização lato sensu* são muito mais amplos: o fonológico, o sintagmático, o semântico. O empréstimo (de uma língua para outra ou de uma área para outra) é apenas um dentre os vários processos de *terminologização*. Parece-nos, assim, que a definição dada pela norma ISO, anteriormente citada, contempla apenas um dos conceitos de *terminologização*, limitando, pois, a abrangência conceitual do termo.

Os processos possíveis de *terminologização* e de *vocabularização*, na dinâmica da relação inter-universos de discurso, caracterizam-se como semiose ilimitada. No dinamismo da linguagem, mesmo na linguagem técnico-científica, as constantes de realizações possibilitam a delimitação de uma *tipologia de processos*.

Considere-se, primeiramente, a *passagem da terminologia para a língua comum*, que transfere um termo do seu universo especializado para o da língua comum. A *vocabularização* é a transformação do *termo em vocábulo* (MULLER, 1968). Conforme a concepção teórica, esse processo pode ser chamado de banalização, vulgarização e popularização. Tem-se, por exemplo, *entrar em órbita*, transposto da área técnico-científica para a língua geral, por um processo de *metáforização*. É o caso, ainda, de *paradigma*, *desconstrução*, *sintonizar*, dentre outros. A *metáforização* parece ser o mecanismo principal desse tipo.

Considere-se, em seguida, o processo inverso, a *passagem da língua comum para a terminologia*, mecanismo que converte

o *vocábulo em termo*: processo de *terminologização stricto sensu* a que se refere a supracitada Norma ISO. Dentro outros, cabe lembrar o exemplo de *sintagma*, do gr. *sintáγμα*, através do latim *sintagma*. Na linguagem comum, significava “reunião” (neste sentido, existe a praça Sintagma, em Atenas) e, nas ciências da linguagem, passa a significar “combinatória intersignos ou inter-palavras”. É o caso, também, de *peregrinismo*, que, na língua comum, significava “ir em romaria” e, nas ciências da linguagem, passou a significar “emprego de vocábulo estranho à língua vernácula, estrangeirismo”. Observe-se, ainda, o vocábulo *tópico*, do grego *topikós*, “relativo a lugar”, através do latim *topicu* – e que, em farmacologia, passa a designar o “remédio de uso externo aplicado sobre o lugar da afecção”. Enfim, temos o vocábulo *navegar*, “viajar pela água, com embarcação”, e os termos *navegar*, da aeronáutica, e, depois, *navegar*, da informática.

Há que lembrar, ainda, a *passagem da terminologia para a terminologia*, com a *manutenção de um núcleo sêmico comum* aos termos das diferentes áreas. Tem-se, aqui, o processo de transposição de um termo de uma para outra área, sem a modificação total do significado, ou seja, com a manutenção de alguns traços semânticos na intersecção dos dois sememas. Denomina-se *metaterminologização*. Observem-se, por exemplo, os casos de estrutura e de função, em diferentes áreas. Este mecanismo decorre, freqüentemente, da existência de paradigmas epistemológicos, no processo histórico das ciências. Observe-se, ainda, no século XIX, a transposição de termos da biologia, para as ciências humanas, que acompanhou a transferência do meta-modelo de “evolução e seleção natural das espécies”, da primeira para as segundas.

Assinale-se, também, a *transposição da terminologia para a terminologia*, sem que se conserve núcleo sêmico comum aos termos resultantes nas diferentes áreas envolvidas. Esse processo é, igualmente, de *metaterminologização* mas distingue-se do precedente, na medida em que o termo transposto perde os traços semânticos que possuía no universo de partida. É o caso,

por exemplo, de *arroba*, “medida de peso” e *arroba*, como símbolo de endereço eletrônico(@).

Os dois últimos processos mencionados são, como se viu, de *metaterminologização*, já que instauram um termo a partir de um termo. Julgamos importante salientar que em todos os quatro tipos de processo acima examinados, a relação que se estabelece é horizontal, ou seja, de um universo de discurso para outro.

Diferente é o processo de *passagem do conceptual para o terminológico*. Trata-se, aqui, da *terminologização lato sensu*, ou seja, uma criação *ex-nihilo*, que terá graus diferentes de motivação mas que não resulta da transposição de um universo de discurso para outro e, sim, da instauração de uma nova grandeza sígnica – numa combinatória inédita, no caso do processo fonológico e sintagmático – e de uma função metasemiótica – no caso do processo semântico. Diferentemente dos casos anteriores, a relação, aqui, é *vertical*. A rigor, este processo – o da *terminologização lato sensu* – subjaz a todos os anteriormente apresentados, visto que, em estrutura profunda, o ponto de partida é sempre o nível conceptual (PAIS, 1998, p. 371-84). Diferem quanto aos percursos realizados pela grandeza-termo e quanto ao modo como é engendrada: fonológico, semântico, sintagmático ou alo genético (GUILBERT, 1975).

Quanto aos graus de *terminologização* e de *banalização*, dir-se-á que toda essa dinâmica anteriormente exposta autoriza a afirmar que *uma unidade lexical não é termo ou vocábulo*, em si mesma, mas, ao contrário, *está em função ‘termo’* ou em *função ‘vocábulo’*, ou seja, o universo de discurso em que se insere determina o seu estatuto, em cada caso. Assim, não é possível estabelecer uma taxionomia paradigmática dos conjuntos termos e dos conjuntos vocábulos, pois toda a classificação resulta dos entornos discursivos e dos condicionamentos das normas discursivas, dependente, portanto, dos universos de discurso e das situações de discurso. Concebe-se um percurso possível de uma ‘unidade lexical’, ao longo de um eixo *continuum*, do mais alto

grau de banalização ao mais alto grau de cientificidade e vice-versa. Em suma, toda unidade lexical é *plurifuncional*, no nível de sistema, e, em princípio, *monofuncional*, no nível de uma norma ou do falar concreto. Essa monofuncionalidade depende, entretanto, do tipo ou da natureza do universo de discurso em que se insere o termo/vocábulo.

Examinem-se, agora, algumas unidades lexicais de discursos etno-literários.

Tomando-se, por exemplo, o *boi* no rito do *Bumba-meu-boi* do Maranhão (CARDOSO, 2004), verifica-se que essa unidade lexical não se refere a um boi, no sentido comum, não se refere ao animal que encontramos nos campos ou nas fazendas; essa unidade não designa, também, o *boi* da biologia, ou da agropecuária. Ela tem uma significação especial, no universo de discurso desse rito folclórico, em que representa uma entidade mítica, que é morta, para satisfazer o desejo de uma mulher grávida e que, ao final da narrativa, ressuscita, para a felicidade de todos. Uma das interpretações correntes é a de que esse boi representa, nessa história, a morte e ressurreição do Cristo.

Examinando-se com mais cuidado o *Romanceiro* do Nordeste brasileiro, encontram-se numerosos exemplos. Assim, tem-se o *romance do Pavão*. Um professor de aldeia tinha um pavão muito estimado. Um dos seus alunos mata o pavão. O mestre se vinga, mata a criança. Outro romance conta a história de um nobre, obrigado a disfarçar-se em mendigo cego, para tomar sua bem amada, prisioneira de sua mãe na floresta (relato medieval). Tem-se, ainda, o romance de *Juliana*. Um nobre, seu primo, havia prometido casar-se com ela. De repente, apaixonou-se por uma jovem. Vai visitar sua prima e anuncia seu novo projeto. *Juliana* finge alegrar-se, felicita-o e, para comemorar, oferece-lhe uma taça de vinho envenenado (relato medieval). *Juliana* representa, pois, a *mulher ciumenta*, o *ciúme*.

Há uma série de romances cujo tema é, por exemplo, o *amor desgraçado*.

Nesses textos, de modo geral, tem-se um grande número de personagens. Contudo, são muito pobres em sua *figurativização*. Na realidade, são *tipos humanos*, ou *tipos sociais*, suportes de temas, encarregados da *tematização*. Observam-se em tais romances grandes temas universais, as oposições *amor x morte*, *vida x morte*, *amor x alma*, *riqueza x miséria*, *bem x mal*, *poder x fraqueza*, *fidelidade x traição*, etc.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Os grandes proprietários de terras são com frequência os representantes do poder, da opressão, do mal. Os homens pobres representam frequentemente o bem, a honestidade, a fraqueza, o sonho de liberdade. As 'autoridades' são normalmente apresentadas como gente malvada. O poder está ligado à malvadeza. O *diabo* aparece, como ele mesmo, ou disfarçado em outra personagem, relacionada ao poder, à riqueza, à autoridade; intervém no destino dos homens.

Verifica-se, então, que as unidades lexicais desses discursos etno-literários têm características muito específicas: de um lado, são *vocábulos metasemióticos*, pelos motivos acima vistos, de outro, são *quase-termos técnicos*, pois pertencem à uma linguagem especial/especializada. Seus sememas não correspondem, pois, nem aos sememas da língua comum, nem aos sememas das linguagens dos domínios científicos. Essas unidades lexicais apresentam sememas construídos, em grande parte, com semas específicos do universo de discurso etno-literário, provenientes das narrativas e cristalizados, de maneira a tornarem-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos. É preciso estar familiarizado com as histórias, conhecer o pensamento e o sistema de valores da cultura em questão, para poder compreendê-los bem. De fato, é outra linguagem, que é preciso aprender, para interpretá-los corretamente.

Nessas condições, a *unidade lexical do universo de discurso etno-literário tem um estatuto nitidamente diferente*. No nível da norma e do falar concreto, ela subsume as duas funções,

*vocábulo e termo*. Com efeito, trata-se de um *vocábulo*, nos seus aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, em função semiótica, metasemiótica ou meta-metasemiótica e é um *termo*, na medida em que a unidade léxica em questão tem características de uma linguagem de especialidade. É possível, assim, propor, em semântica profunda, o seguinte modelo:

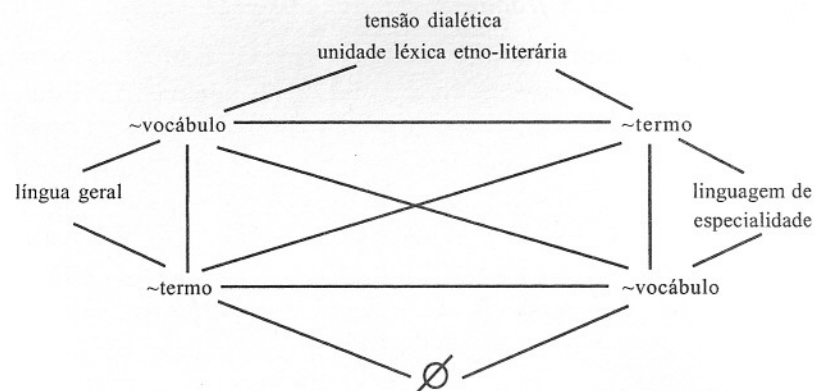


Figura 1: Tensão *vocábulo x termo*

Sustenta-se uma tensão dialética *vocábulo x termo* nas unidades lexicais etno-literárias. Na dêixis positiva, a unidade lexical em função vocábulo é um *não-termo*. Na dêixis negativa, a unidade lexical em função termo é um *não-vocábulo*.

De maneira sucinta, pode dizer-se que as unidades lexicais dos discursos etno-literários têm um *significado muito especializado*, exclusivos do universo de discurso a que pertencem e que são, ao mesmo tempo, *polissêmicas/polissemêmicas*. Noutras palavras, essas unidades léxicas reúnem qualidades das linguagens de especialidade e qualidades da linguagem literária, conservando um valor semântico social e concomitantemente permanecendo como documentos do processo histórico de uma cultura. Poder-se-ia acrescentar que elas resultam, simultaneamente, do cruzamento de processos de *metaterminologização* e de *metavocabularização*.

Esse caráter *multifuncional* do objeto – vocábulo/termo – conduz-nos a refletir sobre a proposição de uma disciplina científica, necessariamente interdisciplinar, a *Etno-terminologia*, que se ocuparia do estudo das palavras, das unidades léxicas dotadas da simultaneidade de valores: referenciais, pragmáticos, simbólicos, literários, técnicos.

#### 4 – OS DISCURSOS ETNO-LITERÁRIOS E SUA CONDIÇÃO MÍTICA

Todas essas considerações conduzem a observar que os discursos etno-literários, a *literatura oral*, a *literatura popular*, certos *contos regionais* conservados pela *tradição oral* e/ou por uma imprensa artesanal, popular, e sustentados por um sujeito-enunciador coletivo, assemelham-se, em muitos aspectos, ao *mýthos* da cultura grega antiga. Têm os seus textos importantes funções culturais e sociais. Desempenham, com certeza, um papel na socialização dos membros da comunidade e, além disso, uma *função estética*, uma *função didática*, uma *função mítica*.

Da mesma forma que os mitos gregos, os mitos dos indígenas da América do Norte, dentre muitos outros que poderiam aqui ser citados, aqueles discursos e seus textos oferecem subsídios importantes para os estudos antropológicos e para as reflexões psicanalíticas. Ensinam ao sujeito-enunciatário individual e/ou coletivo elementos cruciais da natureza humana, da alma, dos impulsos, da afetividade, em suma, da *psyché* humana.

De certo ângulo, esses discursos etno-literários poderiam ser considerados *ficcionais*, na medida em que os ‘eventos’ narrados são ou parecem ser *inverossímeis*, se tomados denotativamente, e não correspondem a fatos historicamente comprovados. Aproximar-se-iam, então, da *fábula*.

De outro ângulo, porém, esses discursos, como vimos, *revelam e sustentam* sistemas de valores, sistemas de crenças, um



'saber' compartilhado sobre o 'mundo' que integram o *imaginário coletivo* de uma cultura, de uma sociedade. Contribuem, assim, para o *sentimento de sua permanência* no eixo da História e para a configuração de uma *identidade cultural*, intuitivamente, ao menos, reconhecida pelos membros da comunidade em causa. Nesse sentido, levando-se em conta a sua continuidade no tempo, a sua presença nos dias que correm, parece legítimo vê-los como *documentos* do pensamento e dos valores coletivos, imprescindíveis, portanto, para a compreensão do *processo histórico da cultura*.

Nesses termos, foi possível elaborar um modelo semiótico que permitiria situar os discursos etno-literários, em relação aos discursos literários na concepção tradicional e aos discursos sociais não-literários. Esquemáticamente, tem-se:

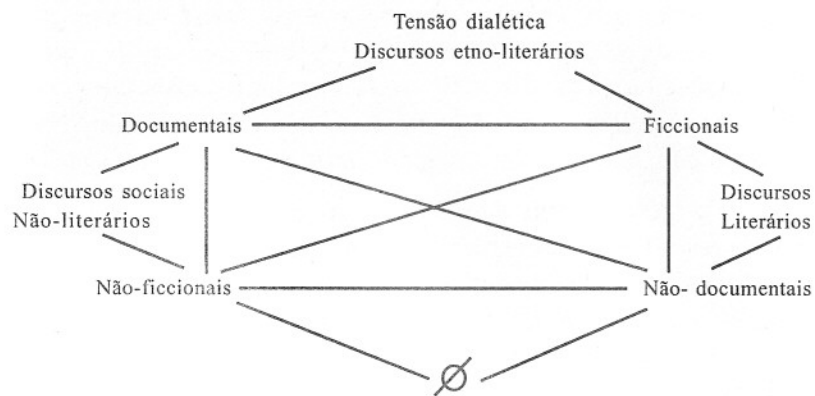


Figura 2: Documentos x ficção.

*Documentais* e *ficcionais* são termos de metalinguagem, devem ser lidos, aqui, como duas tendências contrárias. Os *discursos sociais não-literários* têm um estatuto sociosemiótico, conferido pela sociedade, que os caracteriza como *documentais x não-ficcionais*, de acordo com o seu modo de existência e produção socialmente aceito, de forma que constituem a dêixis positiva do modelo. Os *discursos literários stricto sensu* são

vistos pela sociedade como aqueles que *tendem a ser* a combinação de *ficcionais x não-documentais*, o que lhes dá a posição da dêixis negativa, no mesmo modelo. Nessa perspectiva, os *discursos etno-literários* sustentam-se numa tensão dialética entre os dois termos, *documentais x ficcionais*, por todas as razões acima expostas. Confirma-se, uma vez mais, a sua *função mítica* e a sua *função pedagógica*.

## 5 – BREVES REFLEXÕES SOBRE A TIPOLOGIA DISCURSIVA

Como se sabe, um universo de discurso estabelece e renova incessantemente uma rede de relações intertextuais entre os textos manifestados, *enunciados*, e uma rede de relações interdiscursivas, entre os *processos discursivos de produção realizados*. Esses textos e discursos apresentam, pois, certas características *comuns e constantes*, correspondentes a uma *norma discursiva*. A intersecção entre os diferentes textos pertencentes a um universo de discurso conduz à configuração de um *arquitexto* (RASTIER, 2000); a intersecção entre os discursos (*processos*) envolvidos conduz, por sua vez, à configuração de um *arquidiscorso* (PAIS, 2002).

Se consideradas as características dos discursos sociais não-literários e dos discursos literários *stricto sensu*, inferir-se-á que deles resulta um arquitexto e um arquidiscorso específicos, próprios de cada um dos dois grandes tipos discursivos e, mais ainda, observar-se-á que arquitextos e arquidiscursos particulares podem ser atribuídos a cada gênero, no interior dos dois conjuntos. Alguns deles são bem conhecidos, como o arquitexto e o arquidiscorso dos trabalhos científicos.

Retomando todas as *características dos discursos etno-literários*, deve-se reconhecer que definem um arquitexto e um arquidiscorso típicos, exclusivos, que se distinguem claramente das outras classes discursivas.

Torna-se necessário, portanto, reunir subsídios para uma possível complementação de uma tipologia discursiva.

Para tanto, parece oportuno levar em conta, na elaboração do modelo, aquelas características específicas, as constantes de cada universo de discurso, como, por exemplo, as *estruturas de poder*, que definem, como se sabe, o modo de existência e de produção de cada universo de discurso, e os critérios de valoração social desses discursos, ambos os aspectos relacionados ao estatuto sociosemiótico que a sociedade confere a cada universo de discurso.

Por outro lado, é preciso lembrar que os universos de discurso não são estanques. Interpenetram-se, inteferem uns sobre ou outros, realimentam-se uns dos outros. Com efeito, é necessário não confundir modelos teóricos, tentativas de análise, descrição e explicação, com o extremamente complexo mundo da sociedade e da cultura. Por essas razões, modelos científicos propõem, apenas, critérios de estudo. Por essas razões, igualmente, incluem-se no modelo apresentado, *zonas fluídas* entre os conjuntos de classes discursivas, que indicam, dentre outros aspectos, processos de *transição* entre as *classes discursivas*.

## 6 – A CONVENIÊNCIA DE NOVAS ABORDAGENS

O estudo do modo de existência e de produção dos discursos etno-literários, o exame das normas frásticas e transfrásticas que os caracterizam indicam que o universo de discurso etno-literário não se submete a uma tipologia discursiva que dividia os discursos em ‘eminente figurativos’ e ‘não-figurativos, ou seja, os discursos literários e os discursos sociais não literários. Além disso, as estruturas de poder, as relações inter-subjetivas e espaço-temporais de enunciação e enunciado e, ainda, os mecanismos de argumentação e verificação levam a rever aquela tipologia discursiva e considerar os discursos etno-literários como um *universo de discurso*, uma *classe discursiva* específica.

Por outro lado, como vimos, a multifuncionalidade do objeto – vocábulo/termo – conduziu-nos à proposição de uma disciplina científica, necessariamente interdisciplinar, a *Etno-terminologia*, que se voltaria para o estudo de palavras, de unidades lexicais dotadas da simultaneidade de funções e valores: referencias, pragmáticos, simbólicos, literários, técnicos, nesses universos de discurso que não se submetem à tipologia tradicional das classes discursivas.

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece, portanto, que a proposição de uma tipologia dos universos de discurso e dos discursos-ocorrência que os manifestam teria de levar em conta, necessariamente, os diferentes aspectos que definem as constantes e coerções das normas discursivas que os sustentam. Por outro lado, na medida em que os discursos e os seus textos só significam nas relações de interdiscursividade e de intertextualidade, torna-se imprescindível levar em conta essas relações.

Sabe-se, por exemplo, que o discurso científico, quanto às estruturas de poder, qualifica-se como um *poder-fazer-saber*; o discurso tecnológico se define como um *poder-saber-fazer*; o discurso jurídico, como um *poder-fazer-dever*; o discurso religioso, como um *poder-fazer-creer*; o discurso publicitário apresenta uma combinatória modal mais complexa, por exemplo, *poder-fazer-saber* ⇒ *poder-fazer-creer* ⇒ *poder-fazer-querer*.

No tocante aos discursos etno-literários, verifica-se que sua produção se sustenta em combinações de modalidades complexas distintas. Ocupam-se tais discursos, dentre outros aspectos, de sistemas de valores, de sistemas de crenças que, por sua vez, determinam pensamentos e condutas, formas de ver o mundo e o ser humano, comportamentos recomendáveis ou condenáveis, no fazer social. Tem-se, pois, no que concerne às estruturas de poder, uma possível leitura:

poder-fazer-saber ⇒ poder-saber-fazer ⇒ poder-fazer-criar ⇒  
poder-fazer-dever

Verificou-se, ainda, que os elementos do *imaginário coletivo*, os *critérios de julgamento* – como os da ética, por exemplo, ou os do direito consuetudinário – as regras do *ordenamento social* são formulados como *metáforas*.

Essas características do modo de existência e de produção dos discursos etno-literários, assim como sua função mítica e pedagógica, refletem-se, também, nas estruturas lexicais. As unidades lexicais atualizadas nos textos mantêm uma rede de relações semânticas específicas – intra-universo – e têm funções peculiares, quanto à designação e à referência. São, por isso mesmo, multifuncionais.

Essa multifuncionalidade das unidades lexicais dos discursos etno-literários – vocábulos/termos – conduz os autores a refletir sobre a oportunidade de formalização de uma nova disciplina científica, a *Etno-terminologia*.

Enquanto alguns universos de discurso sociais não-literários, como o científico e o tecnológico pretendem apoiar-se, eminentemente, na *racionalidade*, os discursos etno-literários sustentam-se, sobretudo, na *afetividade*, na *sensibilidade* e na *historicidade*, entendida enquanto caráter duradouro da *condição humana*.

Nas comunidades socioculturais em que são produzidos, preservados e se manifestam, os discursos etno-literários assumem o importante papel de *sustentar*, *conservar*, *atualizar*, *transmitir* aspectos relevantes de uma *saber compartilhado sobre o mundo*, de modo a dar aos seus membros o *sentimento de pertencer* ao grupo humano em questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta semiotica et linguistica*, v. 7. São Paulo: 1998, p. 25-44.
- BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. O romancista tradicional no Nordeste do Brasil: uma abordagem semiótica. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.
- BORGES, Francisca Neuma Fechine. Polisotopia e arquétipos narrativos na literatura de cordel. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*. Caxambu-MG: 1995, p. 479-91.
- CARDOSO, Albelita L. Monteiro. Vocabulário do Bumba-meu-boi do Maranhão: abordagem lexicográfica e terminológica. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2004.
- GREIMAS, Algirdas Julien. O contrato de veridicção. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 2, 1978, p. 211-21.
- GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1968.
- LERAT, Pierre. *Les langues spécialisées*. Paris: PUF, 1995.
- MARTIN, Jean-Baptiste (org.). *O conto: tradição oral e identidade cultural*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- MULLER, Charles. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris: Larousse, 1968.
- PAIS, Cidmar Teodoro. Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. *Revista Brasileira de Linguística*. v. 6, 1. São Paulo: 1982, p. 45-60.
- . Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista Brasileira de Linguística*. v. 7, 1. São Paulo: 1984, p. 43-65.
- . Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive. Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV) / Lille: Atelier National de Reproduction des Thèses, 1993.
- . Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. In: POULET, J. et

alii (orgs). *Textures, Cahiers du C.E.M.I.A.* Lyon: Université de Lyon 2, 1998, p. 371-84.

———. Conceptualização, interdiscursividade, arquitexto, arquidiscorso. *Philologus.*, ano 8, 23, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2002, p. 101-11.

PAIS, Cidmar Teodoro e BARBOSA, Maria Aparecida. Tradition orale, littérature populaire et discours ethno-littéraire: approche sémantique et lexicale. *Textures, Cahiers du CEMIA*, v. 10. Lyon: Université Lumière Lyon 2, 2003, p. 11-25.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: PUF, 1992.

RASTIER, François. *Recherches en sémantique cognitive*. Paris, PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. *Acta semiotica et linguistica*, v. 8. São Paulo: 2000, p. 445-70.